

Uma Análise das Fontes de Receita, dos Gastos e do Padrão de Atendimento de uma Instituição de Educação Infantil Filantrópica na Cidade de Ribeirão Preto

SILMARA TEIXEIRA PEREIRA

Universidade de São Paulo / FFCLRP-USP | silmara.pereira@gmail.com

JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO

Universidade de São Paulo / FFCLRP | jmpinto@ffclrp.usp.br

Resumo

No Brasil, historicamente, a educação infantil, em especial as creches, em virtude da sistemática omissão por parte dos poderes públicos, conta com a expressiva participação de instituições privadas sem fins lucrativos que englobam as entidades confessionais, comunitárias ou filantrópicas. **Tendo em vista este contexto**, este trabalho tem como objetivo analisar como são arrecadados e aplicados os recursos financeiros de uma instituição de educação infantil filantrópica de Ribeirão Preto, bem como o padrão de atendimento educacional por ela oferecido. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizadas a análise documental (balanços da instituição para os anos de 2006 e 2007), a observação participante, entrevistas com a equipe de coordenação da instituição, além da aplicação de questionários aos funcionários para levantar o tempo de trabalho, remuneração recebida, a formação escolar e a função exercida. Os resultados obtidos apontam que, não obstante o esforço de levantamento de recursos via doações e atividades por parte da instituição, a prefeitura municipal é a sua principal financiadora. Do ponto de vista da prefeitura, esta opção parece decorrer essencialmente do custo menor do repasse por aluno feito quando comparado com a oferta direta pelo município do atendimento na educação infantil. O risco deste procedimento é o comprometimento da qualidade do atendimento, uma vez que há um evidente subfinanciamento no repasse feito a estas instituições.

Palavras-Chave: Educação infantil; Financiamento da educação infantil; Creches filantrópicas; Convênios na educação infantil.

An Analysis of the Sources of Revenue, Spending and of the Care Patterns of a Philanthropic Early Childhood Education Institution in the City of Ribeirão Preto

Abstract

Historically, in Brazil, the early childhood education, in particular the daycare, because the systematic omission by the public authorities, depends on the expressive participation of the nonprofit private institutions which include the religious, community and philanthropic entities. In view of this context, this work aimed to analyze how the financial resources are collected and applied of a philanthropic child education institution of Ribeirão Preto City, as well the educational care patterns offered by the institution. As data collection tools were used the documental analyses (institution financial balances, of the years 2006 and 2007), the participant observation, interviews with the coordination team of the institution and the application of a questionnaire with the employees to collecting data about the work time, payment, educational formation and the position. The obtained results point out that, despite the effort to raise resources by donations and activities performed by the institution, the major financial support is provided by municipal government. From the city hall point of view, this option seems to be essentially related to the minor costs of the re-payment for student when compared to the direct offer by the city in the child education care. The risk of this procedure is the compromise of the care quality, once that is an evident sub-financial in the re-payment performed to this institutions.

Key Words: Early childhood education; Early childhood education funding; Philanthropic daycare; Early childhood education covenants.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, historicamente, a educação infantil, em especial as creches, em virtude da sistemática omissão por parte dos poderes públicos, conta com a expressiva participação de instituições privadas sem fins lucrativos que englobam as entidades confessionais, comunitárias ou filantrópicas.

Ao longo da história do País, várias instituições de atendimento à infância foram constituídas, geralmente à margem do sistema educacional regular. Esse processo levou ao surgimento de dois padrões de atendimento. De um lado, um pequeno grupo de instituições voltadas ao atendimento das classes mais abastadas e que já se vinculavam aos órgãos de educação; e, de outro lado,

àquelas destinadas aos pobres e que se subordinavam aos órgãos de saúde pública ou de assistência (KUHLMANN JÚNIOR, 2000).

A partir da terceira década do século XX, com o aumento do proletariado e da urbanização, cresce a demanda por políticas públicas para a infância, levando o Estado a se equipar de instituições e pessoal técnico para executar ações de cunho social. Entre as instituições criadas nesse período, estão o Departamento Nacional da Criança (DNCr), criado pelo Ministério da Educação e Saúde, e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão de colaboração do Governo. O que é importante ressaltar é que a ação do Estado, na área da infância, foi executada primordialmente de forma indireta, associando-se a instituições de caráter filantrópico e repassando recursos através do DNCr e da LBA (VIEIRA, 1988).

A LBA surgiu a partir de uma iniciativa privada em colaboração com o Governo Federal e funcionava como repassadora de recursos a instituições de caráter filantrópico, Conforme Vieira (1988), a própria LBA chegou a implantar creches ou casas da criança. Dessa forma, o Estado participava de forma indireta, através de convênios e subvenções, na expansão e manutenção da educação infantil.

Já em meados da década de 1970, com a retomada dos movimentos pró-democratização, dois fatores impulsionaram a expansão das creches e pré-escolas, como mostra Corrêa (2002). De um lado, houve uma pressão da demanda, liderada pelos movimentos organizados da sociedade civil; e, de outro, o governo militar temia manifestações das camadas populares, devido ao aumento da pobreza decorrente das políticas de ajuste.

Com a nova Carta Magna do Brasil, a Constituição Federal de 1988, esse quadro sofreu importante mudança do ponto de vista da garantia de direitos, uma vez que o artigo 208, inciso IV dessa Constituição determina que o Estado deverá garantir o atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (CORRÊA, 2002). Dessa forma, embora a matrícula seja opcional aos pais, ao Estado é obrigatório o seu oferecimento.

A Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi e ainda é uma inovação histórica para a educação infantil, pois, pela primeira vez no Brasil, a educação infantil passa a fazer parte dos sistemas de ensino. Como observa Corrêa (2002), isso significa dizer que ao Estado não caberá apenas o seu oferecimento, mas sua normatização e fiscalização.

Outra observação de Corrêa (2002) é que a LDB, em seu artigo 4º, inciso VI, inclui o termo “atendimento gratuito” no que se refere ao dever do Estado para com as crianças de zero a seis anos em creches e pré-escola. Essa expressão não aparecia na CF/88 e, mais uma vez, reforça o dever do Estado para com a infância brasileira.

Este incremento do papel do Estado na oferta da educação infantil sofreu, contudo, um duro golpe com aprovação, em 1996, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que, ao vincular o repasse de seus recursos ao ensino fundamental regular, desestimula o investimento em educação infantil (PINTO, 2000).

Outra mudança importante no campo das políticas públicas, a partir da hegemonia das propostas neoliberais na última década do século passado, foi a revalorização do chamado “Terceiro Setor”, que exatamente engloba as entidades de caráter não-lucrativo e que, historicamente, sempre estiveram associadas ao atendimento da infância pobre (ADRIÃO; PERONI, 2005).

Na educação, o aumento dessa forma de organização diminui as iniciativas estatais para a oferta e manutenção nas diferentes etapas da educação, em especial, na educação infantil, em virtude da grande demanda não atendida e dos maiores custos, em especial, na faixa etária de zero a três anos. Assim, o município acaba firmando convênios com instituições privadas de caráter filantrópico, aumentando a oferta, a um custo menor quando comparado ao atendimento direto em uma creche/pré-escola municipal. A questão que se coloca é saber até que ponto este padrão de atendimento “barato” não compromete a qualidade do atendimento.

Pudemos constatar, durante a realização da primeira parte da pesquisa, que o Município de Ribeirão Preto mantém convênios com instituições filantrópicas de educação infantil, as quais, por muito tempo, ficaram vinculadas aos programas assistenciais do governo. Somente pós-LDB, a partir de 1996, a Secretaria Municipal de Educação (SME) da cidade iniciou o processo de inserção dessas instituições no sistema educacional, principalmente com a lógica de redução de custos, uma vez que o atendimento direto pelo município tem um custo mais elevado. Como mostra estudo de Boldieri (2005, p. 78, grifo nosso, a realização de convênios, por parte da Administração Municipal, com instituições de educação infantil que oferecem atendimento gratuito à população, representa “um valor **per capita** nos convênios bem menor do que o gasto por aluno da própria rede municipal em suas instituições”.

A instituição analisada vinculou-se à SME apenas em 2003, apesar de existir desde 1980, uma vez que ela não atendia as exigências mínimas de funcionamento definidas pelo Conselho Municipal de Educação.

Tendo em vista este contexto, este trabalho tem como objetivo analisar como são arrecadados e aplicados os recursos financeiros de uma instituição de educação infantil filantrópica de Ribeirão Preto, bem como o padrão de atendimento educacional por ela oferecido.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, na modalidade estudo de caso.

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizadas a análise documental, a observação participante, entrevistas, além da aplicação de questionários.

No que se refere aos documentos, foram analisadas as folhas de pagamentos, contas de água, energia elétrica, telefone, alimentação, remédios etc. Foi realizado o levantamento do número de pessoas que realizam trabalho voluntário na instituição e o tempo que se dedicam a essa atividade.

A observação participante foi utilizada para analisar as condições de oferta da educação oferecida, a rotina da instituição e o estado de conservação e do uso das instalações e equipamentos. As visitas de observações foram previamente agendadas e realizadas uma vez por semana, ou sempre que surgia alguma dúvida.

As entrevistas foram realizadas com a secretária, o coordenador geral, a coordenadora pedagógica, duas educadoras e a auxiliar da instituição.

Foi elaborado e aplicado um questionário aos funcionários para levantar dados sobre a remuneração recebida, a formação escolar, a função exercida, o tempo de trabalho na creche e se exercem outra atividade remunerada.

Cabe destacar que os dados analisados são referentes aos anos de 2006 e 2007.

3 A INSTITUIÇÃO

A creche, onde foi realizada esta pesquisa, foi fundada no início da década de 1980, tendo como principal objetivo atender famílias de baixa renda ou em situação de risco. Antes, porém, da sua fundação legal, a creche já existia desde 1950 e funcionava na residência de sua atual patrona.

Em 1979, a responsável pela casa veio a falecer, de forma que seu filho e os colaboradores elegeram a primeira diretoria da creche, bem como providenciaram a documentação necessária para obter a legalização e ajuda financeira de órgãos públicos, em especial, da Legião Brasileira de Assistência. A primeira verba chegou em 1982, e a segunda, dois anos mais tarde.

A prioridade no atendimento era (e é até hoje) às famílias de mães solteiras, viúvas, abandonadas, em casos de vícios, enfermidades graves ou necessidades especiais, possibilitando a inserção da mulher no mercado de trabalho. Proporcionava também auxílio alimentação e orientação familiar para as famílias usuárias, bem como às famílias da comunidade em situação precária de sobrevivência.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), iniciou-se um período de mudanças e transformação na creche, pois, para que a mesma pudesse continuar funcionando, seria necessária a autorização da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto. Foram sete anos de reuniões e preparação da documentação, pois a primeira coisa exigida pela SME era diminuir o número de crianças e, principalmente, retirar os adolescentes que frequentavam a instituição.

Outra exigência que causou transtorno à diretoria da creche, segundo relato da secretária, era a de contratar pessoal docente com formação específica mínima de nível médio na modalidade Normal, conforme determina a legislação. Entre os oito funcionários que trabalhavam diretamente com as crianças, apenas três possuíam a formação exigida, sendo dois com formação em nível médio na modalidade Normal e um concluindo o curso superior em pedagogia. “Foi necessário dispensar cinco funcionários, o que gerou grandes gastos aos cofres da instituição”, afirma a secretária.

Em 2003, foi firmado o convênio com a SME e a creche passou a funcionar de acordo com o mínimo exigido na Lei.

Atualmente, a creche atende prioritariamente crianças em que as mães necessitam trabalhar, porém, a ênfase está no direito da criança à vaga, e caso sobrem vagas, as mães que não trabalham podem matricular seus filhos. O que acontece, contudo, é que mesmo para as mães que trabalham faltam vagas, e a creche possui uma lista de espera, que seria necessário construir outra creche para atendê-la, segundo relato da coordenadora pedagógica.

Atualmente, são atendidas 75 crianças, de zero a seis anos, com 12 funcionários contratados diretamente pela creche, uma estagiária e mais um quadro de oito voluntários que se revezam em dias alternados, distribuídos numa área de 379 m². A creche funciona com duas salas de pré-escola, um berçário, uma turma de maternal, sete banheiros, uma biblioteca, uma sala de brinquedos, um escritório, uma sala de dentista, uma cozinha, uma dispensa e um refeitório.

Todas as crianças ficam na creche em período integral, das 07h30min às 17h. As crianças na faixa etária de três a seis anos se alternam no uso das salas, uma vez que são apenas duas salas de aula e quatro turmas; assim, enquanto uma turma está em sala com a educadora, a outra fica no pátio com a estagiária. A estagiária acaba ficando com duas turmas ao mesmo tempo na sala de brinquedos e ou na biblioteca.

O número de crianças por turma é regulamentado por resolução do Conselho Municipal de Educação, sendo seis crianças no berçário com idade de zero a um ano, oito crianças no maternal (faixa etária de um a dois anos) e 12 crianças nas turmas de três a seis anos de idade. Contudo, a instituição acaba atendendo um número maior de crianças do que o determinado pelo CME, pois, segundo a secretaria, as empresas privadas que firmam convênio com a creche exigem vagas para os filhos de seus funcionários em troca da “ajuda” financeira.

3.1 As Receitas da Instituição e a Aplicação dos Recursos

Foram analisados os documentos que mostram os recursos arrecadados pela instituição no ano de 2006 e 2007, bem como os gastos referentes a este período.

A partir dos dados obtidos nos documentos da instituição, foi verificado que, do total de recursos arrecadados em 2006 e 2007, 62% vieram de fontes públicas, sendo que o município financiou a maior parte, respondendo por 53% do total, como mostra a Tabela 1. Boa parte dos recursos municipais é transferida pela Secretaria Municipal de Educação e os mesmos são oriundos da vinculação constitucional de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino. O montante a ser repassado a cada instituição leva em conta a matrícula e passa pela aprovação do Conselho Municipal de Educação e da Câmara de Vereadores.

Tabela 1 – Receitas da instituição em 2006

FONTES PÚBLICAS	R\$	%
Federal	6.552,70	5,2
Municipal (Ass. Social)	17.550,00	13,8
Municipal (Educação)	49.500,00	38,9
Estadual	5.000,00	3,9
Subtotal	78.602,70	61,8
DOAÇÕES DE EMPRESAS PRIVADAS		
ABAS (Ass. Banespiana Ass. Social)	2.000,00	1,6
AFRESP (Ass.dos Fiscais de Renda)	3.000,00	2,4
Subtotal	5.000,00	3,9
QUADRO ASSOCIATIVO		
Pessoas físicas	2.475,00	2,0
Convênios com empresas	16.292,50	12,8
Donativo de fim específico	664	0,5
Subtotal	19.431,50	15,3
OUTRAS RECEITAS		
Promoções de pizza	15.246,28	12,0
Bingos, rifa, festa do sorvete	8.356,87	6,6
Bazar de roupas usadas	536	0,4
Subtotal	24.139,15	19,0
TOTAL	127.173,35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

O Governo Federal, que responde por apenas 5,2%, envia recursos para a instituição através da prefeitura municipal, que funciona com repassadora de verbas. Esse dinheiro é do Fundo Nacional de Assistência Social, enviado pelo programa de Proteção Social Básica. Esse programa tem como objetivo prevenir situações de risco, e destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza.

O Governo Estadual enviou, em 2006, R\$ 5.000,00 para instituição, o que representa 3,9% do total arrecadado, mas esse repasse é feito esporadicamente; nos últimos dez anos, houve apenas duas contribuições. Pode-se perceber que o Governo Estadual foi aquele que menos contribuiu com recursos para a instituição.

A Associação Banespiana de Assistência Social e a Associação dos Fiscais de Renda, juntas, financiaram 3,9% dos recursos arrecadados. É importante ressaltar que esses recursos vieram através de projetos que várias instituições enviam para estas duas entidades e que, se aprovados, representam o repasse de determinada quantia em dinheiro. A cada ano, uma instituição é escolhida, e para 2007, a instituição pesquisada não pode contar com esta doação.

Além destes recursos, a instituição conta com contribuições de seu quadro associativo e com as promoções, que, juntas, representam 34% do valor arrecadado. Dentro desse quadro associativo, estão os pais de alunos, que contribuem com um valor de R\$ 25,00 por criança. Trata-se de uma contribuição voluntária, mas a maior parte dos pais contribui, muitas vezes, em virtude de pressão por parte da instituição. Os convênios referem-se a empresas que enviam mensal ou semestralmente doações, que são descontadas no Imposto de Renda. Porém, o que acontece nesse caso é que essas empresas, ao firmarem convênio com a creche, estabelecem que determinado número de vagas deve ficar disponível para filhos de seus funcionários, atualmente, são 13 crianças atendidas nessa situação e quatro das 28 empresas.

Há, ainda, as promoções diversas, tais como festa do sorvete, da pizza, bingos beneficentes e bazares de roupas usadas. Para que essas promoções efetivamente deem resultados satisfatórios, os pais e funcionários são “convocados” a participar, vendendo, comprando e divulgando esses eventos.

A venda de pizzas é realizada uma vez por mês dentro da creche. Nesse dia, as crianças são dispensadas, pois são os funcionários que fazem as pizzas, mas os pais são obrigados a ir até a creche, pois eles são os responsáveis pela venda de grande parte dessas pizzas, assim como os funcionários.

Nas análises de documentos e entrevistas, verificamos, conforme indicam os dados da Tabela 2, que a instituição tem pouco gasto com alimentação e materiais didáticos, de limpeza e de higiene pessoal. Em 2006, o item de maior peso foi o gasto com funcionários, visto que 71% do total dos gastos foram realizados com este pagamento, o que corresponde a uma despesa de R\$ 1.435,00 por aluno/ano. Segundo a secretaria, muitas vezes, os salários dos funcionários atrasam até 15 dias, já que dependem exclusivamente da verba municipal para essas despesas e “... essa verba sempre atrasa”, conclui.

Tabela 2 – Despesas com funcionamento da instituição – 2006

Insumos	Custo mês	Custo total/ano	Custo aluno/ano	% do total
Folha de pagamento, férias e 13º	5.385,33	64.624,03	861,65	52,8%
Encargos sociais	986,02	11.832,30	157,76	9,7%
Despesas com veículo	332,91	3.995,00	53,27	3,3%
Alimentação	788,93	9.467,23	126,23	7,7%
Água, luz e fone	538,55	6.462,71	86,17	5,3%
Manutenção predial	263,72	3.164,68	42,20	2,6%
Serviços com terceiros	101,55	1.218,70	16,25	1,0%
Outras despesas e custos	129,57	1.554,92	20,73	1,3%
Vale transporte	718,30	8.619,60	114,93	7,0%
Despesas com promoções	946,74	11.360,90	151,48	9,3%
Sub-Total	10.191,62	122.300,07	1.630,67	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

A instituição analisada conta com cinco professoras, cada uma delas exercem uma carga horária de 8 horas/dia.

Dessas, apenas uma possui formação em Pedagogia, duas possuem habilitação em nível médio na modalidade Normal, uma com habilitação para docência na educação infantil (curso promovido pela prefeitura) e uma com habilitação em curso "Normal Superior". Dessas cinco professoras, apenas uma continua estudando, uma vez que já é habilitada para o magistério, mas quer cursar pedagogia. Das quatro professoras restantes, nenhuma deu continuidade aos estudos e uma delas trabalha em finais de semana como recreacionista em festas infantis.

A motorista trabalha 2 horas/dia na instituição e como diarista em empresas privadas nas horas restantes do dia, inclusive finais de semana.

A auxiliar também possui atividade remunerada em finais de semana, trabalha há 18 anos como diarista aos sábados, com uma carga horária de 8 horas.

A coordenadora pedagógica possui curso superior e habilitação para o magistério, trabalha na creche há quatro anos e, no período contrário ao que está na creche, trabalha como professora do ensino fundamental em escola pública da cidade. A assistente social (recentemente contratada) é habilitada em Serviço Social. A secretária e a auxiliar possuem ensino médio completo e a cozinheira está concluindo o ensino fundamental (exigência da Secretaria Municipal de Educação). Já o coordenador geral possui habilitação em nível médio na Modalidade Normal, mas exerce a função de "faz tudo" na creche. Além disso, ele é formado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Medicina Veterinária, mas nunca exerceu a função.

A Tabela 3 mostra os dados dos gastos com salários obtidos através do questionário aplicado aos funcionários da instituição. Verificamos que a referida instituição tem um gasto de R\$ 6.662,00 mensais com o pagamento dos salários de funcionários (sem incluir os encargos patronais). Em conversa com a secretária, soubemos que, além desse gasto, existe ainda mais R\$ 1.017,00 de vale

transporte, que é pago em dinheiro, isso em 2007. Cada professor recebe um salário de R\$ 578,13, além do vale transporte para uma carga horária de 8 horas/dia.

A coordenadora pedagógica e a assistente social recebem o mesmo salário, só que para uma jornada de 4 horas/dia, que é apenas a metade daquele dos professores. Além dessas, todos os funcionários trabalham 8 horas/dia, com exceção do coordenador geral, que trabalha de dez a 12 horas/dia.

Tabela 3 – Gastos mensais com salários da instituição – 2007

Pessoal	Quantidade	Gastos R\$	Gasto mensal 'per capita' R\$
Professores	5	2.890,65	38,5
Coord. Ped.	1	578,13	7,8
Coord. Geral	1	1.145,00	15,3
Ass. Social	1	578,13	7,7
Secretária	1	490,00	6,5
Merendeira	1	490,00	6,5
Auxiliar	1	490,00	6,5
Motorista	1	380,00	5,7
Total	12	7.041,91	93,8

Fonte: Dados da pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que a prefeitura municipal é a principal financiadora da instituição. Esta estratégia do município parece estar associada, contudo, ao fato de o apoio a estas instituições implicar em um custo bem menor que a oferta direta pelo município. Estudo de Boldieri (2005) mostra que o município gastava por aluno-ano, no ano de 2003, cerca de R\$ 3.032,45 nas creches e R\$ 2.234,95 nas pré-escolas próprias. Na média da educação infantil, o valor mensal foi de R\$ 186,00 por criança, enquanto a instituição pesquisada recebeu do município, em 2006, através do convênio com a prefeitura, R\$ 74,50 por criança/mês. Ressalta-se que esse valor inclui os recursos da Secretaria Municipal da Cidadania e Desenvolvimento Social e da Secretaria Municipal de Educação.

Portanto, apenas os recursos governamentais não são suficientes para manter a instituição e, na complementação do restante dos recursos gastos, ela necessita de angariar fundos através de empresas privadas e pessoas associadas, isso sem contar as promoções em que pais e funcionários são peças fundamentais. Outro dado importante que encontramos é a existência de poucos professores com formação em nível superior e o pagamento de um salário que está bem abaixo, por exemplo, daquele que recebem os profissionais que atuam na rede municipal. Segundo edital do concurso público para professor no município no ano de 2007, o salário previsto era de R\$ 1.500,00 para uma jornada de quatro horas por dia, além dos benefícios, um valor bem acima dos salários das educadoras da instituição analisada que era de R\$ 578,13 para uma jornada diária de oito horas, sem qualquer benefício adicional.

Ao que tudo indica, dada a crescente pressão por parte da população pelo aumento da oferta de vagas em creches e pré-escolas, que tem se refletido em mudanças na legislação e crescente intervenção do Ministério Público, a opção seguida pelo poder público do município estudado passa pela ampliação dos convênios com instituições sem fins lucrativos como uma estratégia de ampliar a oferta a um menor custo. O risco deste procedimento é o comprometimento da qualidade do atendimento, uma vez que há um evidente subfinanciamento no repasse feito a estas instituições quando se compara com a rede direta de educação infantil ou com as mensalidades das instituições privadas de educação infantil que atendem as famílias mais afluentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **O Público e o Privado na Educação**: interfaces entre Estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005. v. 1.

BOLDIERI, M. E. **O Financiamento da Educação no Município de Ribeirão Preto - 1997-2003**. 2005. 95 f. Monografia (Graduação em Pedagogia)— Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

CORRÊA, B. C. A Educação Infantil. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Organização do Ensino no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2002. v. 2.

KUHLMANN JUNIOR, M. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINTO, J. M. de R. **Os Recursos para a Educação no Brasil no Contexto das Políticas Públicas**. Brasília: Plano, 2000.

VIEIRA, L. M. F. Mal Necessário: creche no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 67, p. 3-16, nov. 1988.

Artigo recebido em 14/12/2012 | Revisão recebida em 10/06/2013 | Aprovado em 15/06/2013 | Publicado em 04/07/2013

Editor

Juca Gil - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Comitê Editorial

Andréa Barbosa Gouveia - Universidade Federal do Paraná, Brasil

Ângelo Ricardo de Souza - Universidade Federal do Paraná, Brasil

Rubens Barbosa de Camargo – Universidade de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Alejandro Morduchowicz
Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina

Fernanda Saforcada
Universidade de Buenos Aires, Argentina

Jacques Velloso
Universidade de Brasília, Brasil

João Monlevade
Senado Federal, Brasil

Jorge Abrahão de Castro
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil

José Marcelino de Rezende Pinto
Universidade de São Paulo, Brasil

Lisete Regina Gomes Arelaro
Universidade de São Paulo, Brasil

Luis Carlos Sales
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Luiz de Sousa Junior
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Luiz Fernandes Dourado
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Magna França
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Maria Beatriz Luce
Universidade Federal do Pampa, Brasil
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Marcos Edgar Bassi
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Maria Dilnéia Espíndola Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Nalú Farenzena
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Nelson Cardoso do Amaral
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Nicholas Davies
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Rosana Evangelista Cruz
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rosana Gemaque
Universidade Federal do Pará, Brasil

Robert E. Verhine
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Romualdo Portela de Oliveira
Universidade de São Paulo, Brasil

Theresa Adrião
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Tristan McCowan
University of London, Reino Unido

Vera Jacob
Universidade Federal do Pará, Brasil

Vera Peroni
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vitor Henrique Paro
Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe editorial

Projeto gráfico e diagramação: Tiago Tavares

Revisão de português e normalização: Ana Tiele Antunes

Revisão de inglês: Ana Paula Ferreira

Fineduca – Revista de Financiamento da Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Faculdade de Educação

Av. Paulo Gama, s/n | sala 1004 | CEP: 90046-900 | Porto Alegre / RS

Telefone/Fax: (55) 51 3308-3103 | e-mail: revista.fineduca@gmail.com | site: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>